



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão
da Educação Brasileira 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-460-3 DOI 10.22533/at.ed.603191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SÃO ATENDIDOS PELO SAREH	
Geicinara Martins de Almeida Oliveira Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910071	
CAPÍTULO 2	12
A ESCOLA INCLUSIVA: ASPECTOS GERAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS	
Ester Vitória Basílio Anchieta Ezer Wellington Gomes Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6031910072	
CAPÍTULO 3	24
A PARTICIPAÇÃO DE UMA ALUNA EM CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Rodrigo Barbuio Evani Andreatta Amaral Camargo Ana Paula de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.6031910073	
CAPÍTULO 4	40
A PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN E SEU COMPORTAMENTO DIANTE O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE	
Ivanusa Maria da Silva Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910074	
CAPÍTULO 5	48
A PRÁTICA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE SP COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Carolina Lourenço Reis Quedas Silvana Maria Blascovi-Assis Maria Eloisa Famá D´Antino	
DOI 10.22533/at.ed.6031910075	
CAPÍTULO 6	61
A TRAJETÓRIA DE LUTAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	
Dilene Pinheiro da Silva Ailton Vitor Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.6031910076	
CAPÍTULO 7	70
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Loryza Rodrigues Barbosa de Barros Natal Juliana Marcondes Bussolotti	
DOI 10.22533/at.ed.6031910077	

CAPÍTULO 8	85
ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: IMPLICAÇÕES NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ-PR	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910078	
CAPÍTULO 9	96
ARTE, VISÃO DE UM MUNDO COM DEFICIÊNCIA	
José Ricardo Lopes da Silva	
Laís Helena Gouveia Rodrigues	
Lucas Moreno Cavalcanti Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.6031910079	
CAPÍTULO 10	110
CONSTRUÇÃO DO SENTIDO COLETIVO EDUCACIONAL E A BUSCA DA INSERÇÃO SOCIAL DOS AUTOINSUSTENTÁVEIS: UM RELATO VIVENCIADO	
Giselda Frank	
Viviane Brandão Frigo	
Samira Furlan	
DOI 10.22533/at.ed.60319100710	
CAPÍTULO 11	115
CURRÍCULO EDUCACIONAL, UM OLHAR PELAS DIVERSIDADES	
Lucimar Araújo Braga	
Igor Antonio Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.60319100711	
CAPÍTULO 12	130
DEFASAGEM IDADE/SÉRIE E POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS/RS	
Tatiane de Fátima Kovalski Martins	
DOI 10.22533/at.ed.60319100712	
CAPÍTULO 13	136
DESAFIOS DA INCLUSÃO COMO INSTITUINTE DESENCADEANTE DE MUDANÇA NA FAMÍLIA E NA ESCOLA	
Neide Barbosa Saisi	
DOI 10.22533/at.ed.60319100713	
CAPÍTULO 14	145
EDUCAÇÃO EM SAÚDE A DEFICIENTES VISUAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL	
Ana Carolina Guidorizzi Zanetti	
Kelly Graziani Giaccherro Vedana	
Anderson Heiji Lima Miyazaki	
Bárbara Gadioli	
Beatriz Molina Carvalho	
Bruna Marques Chiarelo	
Carine Sanches Zani Ribeiro	
Cíntia Coró	
Cristiano Gimenez Olímpio	
Daniele Maria Nogueira	
Isabelle Wengler Silva	

João Paulo Ferreira Rodrigues
Jonas Gabriel Pestana Gradim
Julia Cintra Gomes
Juliana Masini Garcia
Livia Maria Landgraff Pereira
Mariana Aparecida de Jesus Castro Santos
Murillo Fernando Jolo
Thainá Ferreira de Toledo Piza
Tatiana Pupim Libório

DOI 10.22533/at.ed.60319100714

CAPÍTULO 15 150

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Silvana Mara Bernardi Rizotto
Fernanda Sprada Lopes
Ivo José Both

DOI 10.22533/at.ed.60319100715

CAPÍTULO 16 154

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ana Paula Dantas Ferreira
Dayane Mary Soares da Costa
Dayse Alves dos Santos
Marcos Antônio de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60319100716

CAPÍTULO 17 171

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: A CIDADANIA ATRAVÉS DAS ONDAS DA RÁDIO ESCOLAR

Alana Lessa do Nascimento Silva
Evaldo Ribeiro Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60319100717

CAPÍTULO 18 182

ENSINO DA MATEMÁTICA PARA CEGOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vanessa Soares Sandrini Garcia

DOI 10.22533/at.ed.60319100718

CAPÍTULO 19 187

ENSINO DE LIBRAS L2 NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho
Gilmar Garcia Marcelino
Kelly Francisca da Silva Brito
Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.60319100719

CAPÍTULO 20	193
INFOLIBRAS: VÍDEOAULAS PRÉ-VESTIBULAR EM LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
Jaison Fernando da Silva Caroline Barboza Januário Lívia Bianca Oliveira Dariva Daniele Rosa de Arruda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100720	
CAPÍTULO 21	199
LEI N. 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA ADOLESCENTE COM COMPORTAMENTO DESVIANTE?	
Darliane Silva do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.60319100721	
CAPÍTULO 22	204
O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS MARCOS LEGAIS DO BRASIL DE 1994 A 2015	
Juliane Kelly de Figueiredo Freitas Josanilda Mafra Rocha de Moraes Lenina Lopes Soares Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100722	
CAPÍTULO 23	217
O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DO ENSINO RELIGIOSO	
Patrícia Aparecida da Cunha Guilherme Alessandro Garcia Eloy Alves Filho	
DOI 10.22533/at.ed.60319100723	
CAPÍTULO 24	224
O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA PARA SURDOS	
Rosanea Beatriz Borges Melchior José Tavares Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.60319100724	
CAPÍTULO 25	232
PLANEJAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ENFOQUE CTS/CTSA NO ENSINO FUNDAMENTAL VISANDO À INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA PLENA	
Ivone Liphhaus Almeida Sidnei Quezada Meireles Leite	
DOI 10.22533/at.ed.60319100725	
CAPÍTULO 26	245
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITO À EDUCAÇÃO	
Ivana Aparecida Weissbach Moreira Rosenei Cella Rosana Cristina Kohls	
DOI 10.22533/at.ed.60319100726	

CAPÍTULO 27	251
USO DE INSTRUMENTOS MIDIÁTICOS NO PROCESSO DE LETRAMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Fernanda Cinthya de Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100727	
CAPÍTULO 28	270
TDAH: SUAS IMPLICAÇÕES COM A VIDA	
Yara Vieira Alberti	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.60319100728	
CAPÍTULO 29	280
PROJETO VIVENDO AS DIFERENÇAS	
Cintia Cristina Escudeiro Biazan	
Denise Aparecida Refundini Castellani	
Sandramara Morando Gerbelli	
Viviane Franzo Juliani	
DOI 10.22533/at.ed.60319100729	
CAPÍTULO 30	291
TRANSFORMAR PARA INCLUIR – O CASO DO CAIS DE CONTAGEM-MG	
Élida Galvão do Nascimento	
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.60319100730	
CAPÍTULO 31	301
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DO PROFESSOR FACE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR	
Everton Ucela Alves	
DOI 10.22533/at.ed.60319100731	
CAPÍTULO 32	312
PROPOSTA DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS UTILIZANDO ATIVIDADES E MATERIAIS ADAPTADOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E/OU BAIXA VISÃO VERSANDO CONTEÚDOS DO ENSINO MÉDIO	
Thamires de Souza Nascimento	
Andréa Aparecida Ribeiro Alves	
DOI 10.22533/at.ed.60319100732	
SOBRE O ORGANIZADOR	323

PLANEJAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ENFOQUE CTS/CTSA NO ENSINO FUNDAMENTAL VISANDO À INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA PLENA

Ivone Liphhaus Almeida

Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha-ES

Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades do Ifes Vitória, Espírito Santo

Sidnei Quezada Meireles Leite

Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática do Ifes

Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades do Ifes Vitória, Espírito Santo

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi o de estudar os aspectos político-pedagógicos da construção de um projeto escolar de ensino fundamental I para abordar temáticas baseadas em serviços públicos essenciais a sociedade, tais como o tratamento de água, tratamento de efluente, entre outras. O processo de construção do projeto escolar para materialização das políticas curriculares esbarrou em burocracias e exigiu uma influência da prefeitura municipal, secretaria municipal de educação e diretoria escolar. Tratou-se de uma investigação qualitativa, apoiada em observações, relatos escritos e orais, além de leituras de documentos oficiais. A produção de dados foi mediada por reuniões do grupo de estudo formado por cinco estudantes de pós-

graduação, dois professores, conversas com os atores da educação municipal, além de entrevistas com duas professoras do ensino fundamental que disponibilizaram um histórico curricular das práticas adotadas em turmas de ensino fundamental I de 2010 a 2018. Os dados coletados foram categorizados e analisados com base na técnica de triangulação, cujos aspectos político-pedagógicos foram analisados com base no movimento da libertação de Paulo Freire e na educação CTS/CTSA de Glen Aikenhead, Wildson Santos e Décio Auler. Como fruto deste trabalho, foi planejado uma intervenção pedagógica na forma de um projeto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Temas geradores. Pedagogia Freiriana. Intervenção Pedagógica. Filosofia da Libertação. Abordagem Temática Freiriana.

ABSTRACT: The objective of this work was to study the political and pedagogical aspects of the construction of a primary school I project to address issues based on public services essential to society, such as water treatment, effluent treatment, among others. The process of building the school project to materialize curricular policies ran up against bureaucracies and demanded an influence from the municipal government, the municipal education department and the school board. It

was a qualitative investigation, supported by observations, written and oral reports, and readings of official documents. Data were mediated by meetings of the study group of five postgraduate students, two teachers, conversations with the actors of municipal education, and interviews with two elementary school teachers who provided a curricular history of the practices adopted in elementary school classes I from 2010 to 2018. The data collected were categorized and analyzed based on the triangulation technique, whose political-pedagogical aspects were analyzed based on the liberation movement of Paulo Freire and the STS/STSE education of Glen Aikenhead, Wildson Santos and Décio Auler. As a result of this work, a pedagogical intervention was planned in the form of a school project.

KEYWORDS: Generating themes. Pedagogy Freiriana. Pedagogical Intervention. Philosophy of Liberation. Freiriana Thematic Approach.

1 | INTRODUÇÃO

Na visão mais conservadora, a cidadania é percebida como via de acesso dos indivíduos a serviços e bens (GALLON et al., 2017). No entanto, a partir de uma educação que preconize a formação cidadã, prevê-se a participação ativa desses sujeitos nas decisões públicas, assumindo direitos e também deveres, de forma organizada em “condições de vida minimamente civilizadas” (BRASIL, 2013, p. 21). Para que o indivíduo tenha uma participação ativa na sociedade, deve ter um mínimo conhecimento de linguagem, matemática e ciências para poder interagir com o mundo ao redor (LORENSATTI, 2009; CHASSOT, 2000; AIKENHEAD, 1997; COBERN e AIKENHEAD, 1998). Então, é esperado que políticas curriculares consigam abranger as propostas e práticas, planejamentos discutidos no coletivo escolar, orientados pela realidade de cada comunidade, com olhos para dentro e fora dos muros da escola.

No contexto do ensino fundamental I, para inovar as práticas pedagógicas é necessário submeter uma série de solicitações a fim de comprovar que o currículo prescrito para o ensino fundamental não será modificado drasticamente (SACRISTÁN, 2000; FERRAÇO, 2004). Entretanto, Ferração (2004, p. 89) sinaliza que as redes tecidas em meio à articulação dos contextos culturais, políticos, socioeconômicos, religiosos, familiares, entre outros, vividos pelos sujeitos cotidianos, produzem diferentes posturas dependendo das necessidades e/ou interesses pessoais e/ou locais, das histórias de vida, formações, valores e intenções. Com isso, admite-se que o currículo em ação, que se efetiva nas práticas pedagógicas, é distinto, único e contextual. Isto porque no desenvolvimento das práticas perpassam os interesses, necessidades, histórias de vida e formação acadêmica, entre outros. Assim, o que está prescrito muda, se modifica e pode até mesmo se transformar.

Trata-se de um artefato permeado por relações de poder, interessado em compor uma identidade e organizado a partir de questões que irão compor e guiar o processo de ensino e aprendizagem de determinado grupo (GALLON et al., 2017).

Todo elemento que passe por um processo de escolarização poderá ser integrado ao currículo. Por isso, a formação cidadã na forma de prática educativa, deve estar presente no desenrolar das disciplinas, em todo percurso escolar.

Considerando o contexto da educação básica, sobretudo o ensino fundamental, os pressupostos e fundamentos ressaltam uma educação com qualidade social. Para isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) preveem uma educação articulada à ciência, tecnologia, cultura, direitos humanos e sustentabilidade em práticas escolares, a fim de minimizar as desigualdades sociointelectuais e promover cidadania. Buscamos promover cidadania a partir de uma educação com qualidade social, em que as práticas pedagógicas interdisciplinares e transdisciplinares, realizadas além da sala de aula, se tornem importantes para o ensino fundamental.

O presente estudo foi produzido a partir de reuniões de estudo e visitas realizadas nas escolas, Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal de uma cidade situada no Estado do Espírito Santo. A partir de observações produzidas durante as práticas pedagógicas realizadas no âmbito do ensino fundamental I, no período de 2008 a 2018, surgiram questionamentos produzidos pelas crianças, tais como: De onde vem a água potável que sai da torneira? Qual é o destino do xixi e do cocô do banheiro? Como eu posso ser polícia? Qual o significado dos símbolos no trânsito? Por que há um banco especial para os deficientes no ônibus? Qual é a diferença entre hospital e posto de saúde? Essas perguntas conduziram a construção de um projeto de pesquisa destinado a produzir uma prática pedagógica para debater algumas dessas temáticas englobando conteúdos programáticos escolares e serviços públicos da sociedade.

A Lei Federal nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. De acordo com essa Lei, são considerados serviços ou atividades essenciais: I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; II - assistência médica e hospitalar; III - distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos; IV - funerários; V - transporte coletivo; VI - captação e tratamento de esgoto e lixo; VII - telecomunicações; VIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares; IX - processamento de dados ligados a serviços essenciais; X - controle de tráfego aéreo; e XI - compensação bancária.

O objetivo deste trabalho foi o de estudar os aspectos político-pedagógicos da construção de um projeto escolar do ensino fundamental I para abordar temáticas baseadas em serviços públicos essenciais à sociedade, tais como o tratamento de água, tratamento de efluente, entre outras.

2 | METODOLOGIA

Tratou-se de uma investigação qualitativa com base em Gil (2016), apoiada em observações, relatos escritos e orais, e leituras de documentos oficiais. O objeto da pesquisa foi o grupo de estudo de professores do ensino fundamental e o cenário produzido para a construção do planejamento de uma intervenção pedagógica em uma escola pública de ensino fundamental I, envolvendo relações estabelecidas com a Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação e Diretoria da Escola de Ensino Fundamental no Estado do Espírito Santo.

Na tabela 1 está apresentada as etapas percorridas no processo de construção do plano de intervenção escolar (PIE), fruto do grupo de estudo de professores do ensino fundamental. A produção de dados foi mediada por reuniões do grupo de estudo formado por cinco estudantes de pós-graduação, dois professores, conversas com os atores da educação municipal, além de entrevistas com duas professoras do ensino fundamental que disponibilizaram um histórico curricular das práticas adotadas em turmas de ensino fundamental I de 2010 a 2018.

Etapa	Contexto
1 Ago/2018	Reuniões para mapeamento situacional da educação do município. Levantamento da situação das diretrizes curriculares municipal da educação e do Projeto Político Pedagógico da Educação do município para o ensino fundamental. Rodas de conversas sobre o levantamento inicial.
2 Set/2018	Visita à Prefeitura Municipal. Conversa com autoridades para levantamento do apoio e possibilidades de financiamento de aulas de campo em locais do serviço público. Rodas de conversas com autoridades.
3 Set/2018	Visita à Secretaria de Municipal de Educação para levantamento da situação das Diretrizes Curriculares Municipais da educação e do Projeto Político Pedagógico do município para o ensino fundamental. Rodas de conversas com a Secretaria de Educação.
4 Set/2018	Visita à potencial Escola de Ensino Fundamental I para averiguar a possibilidade de aplicação do plano de intervenção escolar. Rodas de conversas com as Professoras.
5 Out/2018	Visita à Estação de Tratamento de Água para averiguar a possibilidade de realização de uma aula de campo durante a aplicação do plano de intervenção escolar. Rodas de conversas com os Técnicos.
6 Nov/2018	Construção do Plano de Intervenção Escolar (PIE).
7 Nov/2018	Apresentação do PIE para os membros do Grupo de Estudo. Validação da intervenção escolar entre pares.

Tabela 1. Etapas percorridas no processo de construção do planejamento escolar. Grupo de estudo com professores do ensino fundamental para construção de um plano de intervenção escolar.


Sendo a cidadania um ponto a ser trabalhado por todos os docentes durante todo processo de escolarização, independentemente de suas formações e disciplinas de atuação, nosso problema de pesquisa nesse estudo consistiu-se: De que modo a prática cidadã é compreendida e como essa perpassa o trabalho cotidiano de professores da

educação básica? Com isso, objetivou-se: Investigar as percepções de professores de educação básica sobre o currículo e suas possibilidades para proposição de práticas cidadãs na escola.


Para organizar a análise dos dados, utilizamos a técnica da triangulação de dados de Triviños (1987), cujo objetivo básico é abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Os aspectos político-pedagógicos foram analisados com base no movimento da libertação de Paulo Freire e na educação CTS/CTSA de Glen Aikenhead, Wildson Santos e Décio Auler. Como fruto desse trabalho, foi planejada uma intervenção pedagógica na forma de um projeto escolar.

3 | CONSTRUÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO ESCOLAR

Durante o segundo semestre de 2018, foram realizadas reuniões do Grupo de Estudo para construção de um plano de intervenção escolar a ser aplicado no ensino fundamental I, a fim de abordar temáticas baseadas em serviços públicos essenciais à sociedade, tais como o tratamento de água, tratamento de efluente, entre outras. Na etapa 1 do Grupo de Estudo, foram realizadas reuniões para mapeamento situacional da educação no município. As leituras das Diretrizes Curriculares da Educação e do Projeto Político Pedagógico da Educação revelaram a necessidade de atualização da organização curricular das Unidades Municipais de Ensino Fundamental. De acordo com o relato da Secretaria Municipal de Educação, para que o processo de ensino-aprendizagem fosse ampliado, sobretudo no ciclo de alfabetização, as aulas das disciplinas de Português e Matemática passaram por uma redistribuição e reforço. As turmas do 1º ao 5º ano receberam um acréscimo de duas aulas de Português e duas de Matemática (figura 1). O objetivo foi o de garantir ao estudante da Rede Municipal de Educação de Vila Velha uma base para as outras áreas do conhecimento com qualidade, tendo em vista as principais avaliações externas, como por exemplo a Prova Brasil (VILA VELHA, 2008). Vale citar que a temática de cidadania não foi muito citada nas conversas, e há poucos registros de diretrizes que induzam práticas pedagógicas para esse fim.

		PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED				
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - 1º ao 5º Ano						
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 2012						
	Áreas de Conhecimento	Carga Horária Semanal				
		Anos				
		1º	2º	3º	4º	5º
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	7	7	7	6	6
	Educação Física	3	2	2	2	2
	Artes	1	1	1	1	1
	Ciências	2	2	2	4	4
	Matemática	7	7	7	6	6
	História	2	2	2	2	2
	Geografia	2	2	2	2	2
	Ensino Religioso	1	1	1	1	1
	Subtotal	25	24	24	24	24
Parte Diversificada	Empreendedorismo	-	1	1	1	1
		20	20	20	20	20
Total Geral		25	25	25	25	25
Temas Transversais	Saúde / Sexualidade / Vida familiar e social / Meio ambiente / Trabalho e Consumo / Ciência e Tecnologia / Ética / Cultura.					
	Administração Pública e Ética - Lei M 4208/04					
	Estudos Básicos sobre trânsito - Lei M 4326/05					
	História e Cultura Afro-Brasileira - Lei 10639/03					

OBS: Os temas transversais serão trabalhados de forma integrada aos componentes curriculares.


 Profa. Wanessa Zavareze Sechim
 Secretária de Educação

18

Figura 1: Organização curricular das escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Vila Velha, Espírito Santo.

No que se refere às temáticas transversais, a Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha criou laboratórios de informática, na tentativa de introduzir uma ação indutiva para o uso das novas tecnologias articuladas ao itinerário formativo do ensino fundamental. Em cada unidade de ensino foi criado um laboratório de informática na Rede Municipal de Educação de Vila Velha, tendo como base a Lei Municipal de Vila Velha nº 5.206/2011, que criou o cargo de Professor da Educação Básica em Tecnologias Educacionais, visando ampliar e reforçar as atividades didático-pedagógicas nos laboratórios, e dessa forma, tornando cada laboratório, um ambiente de aprendizagem. Esse profissional terá como principais atribuições: desenvolver projetos de inclusão digital para a comunidade escolar, bem como selecionar e avaliar softwares educacionais e ministrar aulas utilizando diversos recursos tecnológicos; e garantir que os alunos alcancem objetivos pedagógicos e tecnológicos por meio de projetos de aprendizagem.

Nas etapas 2 e 3 e 4, as visitas realizadas oportunizaram a realização de conversas no âmbito da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Educação e da Escola. Nesse contexto, houve relatos de que a reorganização curricular que vigora até hoje é a do ano de 2008 e que em 2018 estavam reorganizando o currículo de acordo com a Base Nacional Comum Curricular que está sendo elaborada em rede nacional, razão pela qual não havia uma versão final para divulgação. Ainda, fomos orientados a procurar mais informações com uma profissional que foi uma das responsáveis pela elaboração da Proposta Curricular de 2008, porém essa já não trabalha mais em Vila Velha e sim, em um órgão do governo do estado.

Com relação a possibilidades de financiamento para as aulas de campo,

percebemos um certo “jogo de empurra”, pois em conversa com a Secretaria, a informação repassada é que deveríamos tratar com a escola e, ao conversar com a diretora, esta disse que era um assunto para a Secretaria resolver.

Em visita à escola, os trechos dos relatos orais da equipe pedagógica e das professoras não foram nada animadores, por exemplo, a falta de estímulo, insatisfação e o medo de arriscar novas práticas por parte de alguns professores que não veem com bons olhos uma pesquisadora na escola. *Falas como: “vamos trabalhar mais horas participando de reuniões e teremos mais trabalho com um novo projeto e que isso não vai dar em nada” ou, “agora que está fazendo mestrado acha que tudo o que fazemos está errado”.* Outro relato foi relacionado a incerteza de quem será regente de turma, pois a professora atual está em designação temporária, podendo o profissional efetivo voltar a qualquer momento; [...] A falta de material e equipamentos na escola como datashow, notebooks, cabos e internet que não funciona a contento. Como o professor realizará uma intervenção diante da atual conjuntura do país, cujo presidente não comunga com ideias progressistas. Foi possível notar que o trecho dos relatos orais evidencia a importância do debate estabelecido.

Mas como abordar essas temáticas de serviços públicos essenciais na escola? No âmbito da escola, esse assunto pode ser tratado na forma de tema transversal, conforme o documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais que apresentam os Temas Transversais com foco principal no ensino fundamental (BRASIL, 1998) e, mais recentemente, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013). Neste último documento, os temas transversais foram ampliados e ganharam maior importância no cenário da educação básica brasileira. Por exemplo, Fadini e Leite (2017) trataram essa perspectiva utilizando a pedagogia Histórico-Crítica para debater educação alimentar em ambiente escolar. Neste trabalho, houve uma dedicação na temática de serviços públicos essenciais no contexto do ensino fundamental I, de forma transdisciplinar, considerando a perspectiva de tema transversal no âmbito da educação básica.

Os serviços públicos são aqueles prestados pelo Estado, direta ou indiretamente, por meio de concessão e permissão, para a satisfação da coletividade em geral. O artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1989), expressa os direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Os serviços públicos são citados no artigo 21, no artigo 25, no âmbito dos Estados Federados e no artigo 30, no âmbito dos Municípios, expressa que “compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água”, que tratam de atividades primordiais, necessárias ao desenvolvimento da sociedade, imprescindíveis à manutenção da dignidade da pessoa humana. Por isso, foi retirada do domínio dos particulares e foi entregue ao Estado, estando, o mesmo, obrigado a desempenhar essa atividade.

Para tratar dos serviços públicos essenciais, escolhemos a perspectiva dos diálogos entre espaços formais e não formais. Embora fosse possível levar os alunos do ensino fundamental I nas estações de tratamento de água e de efluente, havia o impasse de conseguir financiamento para o transporte (etapa 5), a fim de realizar a aula de campo. As condições oferecidas pelo município para financiar aulas de campo são extremamente burocráticas, o que pode comprometer o processo de inovação de práticas pedagógicas no ensino fundamental.

No entanto, Gohn (2006) ressalta que, quando se trata da educação formal, os atos e os processos educativos são desenvolvidos no ambiente escolar e instituições certificadoras, regulamentadas por leis, seguindo um currículo determinado; e a educação informal, que é realizada ao longo da vida, de forma espontânea, acontece por meio das relações sociais existentes na família, entre os amigos, na igreja, no clube dentre outros ambientes que promovem a socialização e o compartilhamento de valores, hábitos, atitudes e comportamentos, sendo um processo educativo permanente e não organizado, que atua no campo da sensibilidade e das emoções.

Para a construção do plano de intervenção escolar, buscamos nos apropriar da pedagogia de Paulo Freire (FREIRE, 2011, 2016), quando a educação se torna um ato político. Como fruto do estudo, produzimos um plano de intervenção escolar (PIE) baseado na abordagem temática freiriana (ATF) (FREIRE, 2016, p. 147), na tentativa de nos aproximarmos também da perspectiva CTS/CTSA (SANTOS e AULER, 2011; AIKENHEAD, 2009). O PIE parte de temas geradores, tais como a produção de água potável e o destino do lixo doméstico, o que segundo (MAESTRELLI e TORRES, 2014), funcionam como mediadores do desenvolvimento de currículos que estimulam a consciência crítica dos estudantes. Segundo Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2002), a Abordagem Temática Freiriana se fundamenta por considerar o contexto das acusações das contradições vividas pelos sujeitos escolares e o anúncio da possibilidade de transformação dessas contradições. O PIE prevê aulas presenciais, dialógicas, com produção de práticas lúdicas e reflexivas, com exibição de filmes, construção de maquetes, jogos pedagógicos, produção de desenhos e debates sobre as temáticas estudadas. Há também, uma proposta de visita à estação de tratamento de água (água potável) e outra à estação de tratamento de lixo (aterro sanitário).

Em nosso entendimento, as propostas de Freire (2016) estão em perfeita consonância com a educação CTS/CTSA proposta por Santos e Auler (2011), pois dialogam com a necessidade de romper com a formação de indivíduos acríticos, passivos, conformistas e apolíticos. Um dos objetivos do movimento CTS/CTSA (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente) é formar pessoas críticas capazes de intervir nos processos regionais e locais, por meio de associações de moradores, associações de classes trabalhistas, entre outros.

Entendendo que o princípio da Abordagem Temática Freiriana é a busca do diálogo e o pensar crítico, desenvolvemos um cronograma perpassando 4 momentos com base em Maestrelli e Torres (2014), objetivando a organização de um currículo

reflexivo que integre teoria e prática num só processo. O processo de codificação-problematização-descodificação, proposto por Paulo Freire (2016), vai estruturar a dinâmica pedagógica do projeto. Segue, o cronograma na tabela 2.

Segundo Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2002), a Abordagem Temática Freiriana se fundamenta por considerar o contexto das acusações das contradições vividas pelos sujeitos escolares e o anúncio da possibilidade de transformação dessas contradições. O projeto escolar que trata a investigação será baseado na pedagogia freiriana e tratará de uma intervenção pedagógica que será realizada por meio do desenvolvimento do movimento de investigação temática (FREIRE, 2016, p. 147). Utilizaremos o processo que engloba temas geradores, pois segundo (MAESTRELLI e TORRES, 2014), esses temas funcionam como mediadores do desenvolvimento de currículos que estimulam a consciência crítica dos estudantes.

Etapa	Meses	Abordagem Temática Freiriana (ATF)	Objetivos	Encontros/Ações
1	Fevereiro/2019	Levantamento Preliminar	Conhecer o ambiente em que vive o estudante.	Reunião com a Comunidade Escolar. Reunião com o Secretário de Educação para apresentação do projeto “Vila Essencial” objetivando apoio necessário ao projeto e possível intervenção junto aos órgãos institucionais que serão visitados.
				Observar e reconhecer na convivência e através do diálogo, a realidade dos estudantes, o ambiente e o contexto em que vivem e estabelecer a relação desse meio com a temática dos serviços públicos do Projeto “Vila Essencial”.
2	Março/2019	Análise das situações e escolha das Codificações	Realizar, através do diálogo, a escolha de situações a serem abordadas no projeto de intervenção, sintetizando as contradições vividas pelos estudantes.	A partir do levantamento preliminar, o grupo de pesquisa seleciona os temas e configura-os numa identificação que relaciona com outros assuntos, estimula controvérsias e curiosidade.
3	Março/2019	Diálogos Descodificadores	Depois de uma seleção e o aprimoramento prévio de vários temas, o conjunto dos estudantes, através de diálogos, elegem os temas geradores a serem pesquisados.	Escolha de 4 temáticas a partir do interesse dos estudantes.
				Formação/Constituição dos Grupos de Trabalho (GT) - Temáticas. Discussões e investigações preliminares realizadas pelos Grupos de Trabalhos.

4	Março a Maio 2019	Redução Temática	Trabalho interdisciplinar com o objetivo de elaborar os conteúdos programáticos e identificar quais conhecimentos são necessários para o entendimento dos temas. O grupo de pesquisa seleciona os conteúdos programáticos que funcionarão como referência para desenvolver um conjunto de atividades para estimular a pesquisa.	Desenvolvimento do Projeto Escolar - atividades pedagógicas variadas envolvendo trabalhos de pesquisa, estudos complementares, aulas expositivas sobre os conteúdos interdisciplinares. Rodas de conversas, produções de textos, vídeos, jogos, recorte de jornais e revistas e colagem, desenhos, oficinas, jogos, debates, leituras compartilhadas e deleite, entrevistas, registros diversos, fotografias, entre outros.
				Visita aos espaços formais institucionais e não formais.
5	Junho/ 2019	Participação dos sujeitos envolvidos	Mostra Cultural do Projeto.	Culminância do Projeto - Momento em que cada grupo irá apresentar os trabalhos desenvolvidos ao longo do Projeto "Vila Essencial".

Tabela 2: Projeto de Ensino - Cronograma do desenvolvimento do Projeto "Vila Essencial".

Os temas geradores, baseados na concepção de Paulo Freire (2016, p. 147), serão o objeto de estudo e vão permear a organização do currículo por parte do professor, a escolha dos conteúdos das disciplinas escolares e a abordagem sistematizada das atividades em sala de aula. O processo de ensino pautado no desenvolvimento da Abordagem Temática Freiriana viabilizará a assimilação de novos conhecimentos científicos o que resulta na conscientização (FREIRE, 2016), por meio da passagem da consciência ingênua à consciência crítica.

Na tabela 3 está apresentada uma relação de possíveis temas geradores a serem trabalhados durante a intervenção pedagógica. A critério do estudo prévio, foram relacionadas 10 temáticas que fazem parte do cotidiano do estudante. Como meta para esta etapa da prática pedagógica, busca-se selecionar 5 temáticas relacionadas aos respectivos grupos de trabalho (GT), que na concepção freiriana podem ser considerados os círculos de cultura (FREIRE, 2011).

POSSÍVEIS TEMAS GERADORES A SEREM ESTUDADOS	
1	Praças, praias, parques e outros: usar sim, sujar não!
2	Água potável que sai da torneira.
3	Esgoto: para onde vai a água suja?
4	Bombeiros: quem vai apagar o fogo do prédio?
5	Trânsito: para que servem as faixas e semáforos nas ruas?
6	Eletricidade: o que faz funcionar o meu ventilador no verão?
7	Segurança Pública: andando nas ruas com os policiais por perto!
8	Saúde: hoje é dia de tomar vacina no postinho ali perto de casa!
9	Lixo: como diminuir o volume produzido lá em casa?
10	Telefonia: como é bom ter um telefone que fala em qualquer lugar!

Tabela 3: Possíveis temas geradores a serem trabalhados na escola.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia de construção do plano de intervenção escolar (PIE) foi de suma importância para o mapeamento da situação do ensino fundamental e o reconhecimento das burocracias exigidas que podem impactar sobremaneira o processo de inovação das práticas pedagógicas escolares. Entretanto, a realização do grupo de estudo, com uma composição interdisciplinar, oportunizou a produção de uma série de debates interdisciplinar e transdisciplinar, o que favoreceu a abordagem de temáticas transversais. A execução do planejamento poderá perpassar por aspectos interdisciplinares, i.e., entre duas disciplinas, e transdisciplinares, i.e., neste caso significa mais do que disciplinas que se articulam entre elas em um projeto [de ensino] com um conhecimento em comum, além da fronteira do conhecimento, abordando temáticas transculturais (AIKENHEAD, 1997)

Não foi encontrado na literatura, a realização deste tipo de projeto em escola pública localizada no Estado do Espírito Santo, o que mostra o caráter inédito do projeto de pesquisa. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica trazem os fundamentos pedagógicos, entre outras coisas, que incluem a relação entre o trabalho, educação, ciência, tecnologia e cultura, direitos humanos e sustentabilidade (BRASIL, 2013). Nesse sentido, parece ser fundamental a realização de projetos interdisciplinares e transdisciplinares nos espaços escolares, e, talvez, isso possa fazer diferença na vida dos jovens da educação básica.

O relatório da Unesco sobre os avanços alcançados na educação fruto do acordo de Dakar, Senegal - “Marco de Ação de Dakar, Educação para Todos (EPT): Cumprindo nossos Compromissos Coletivos” (UNESCO, 2001), que compõe 164 países, apontou que no período de 2000 a 2014 o Brasil só cumpriu duas das seis metas fixadas em 2000 (UNESCO, 2015). Como desdobramento desse processo, a Unesco coordenou a assinatura de um novo acordo denominado “Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação” (UNESCO, 2016), reunindo 160 países, inclusive o Brasil, para atender objetivos e metas estabelecidas para serem cumpridas no período de 2016 a 2030. A articulação da educação escolar e não escolar, formal e não formal, é referenciada em diversos momentos do documento. Por exemplo, a educação para promover a aprendizagem ao longo da vida, flexibilidade na aprendizagem tanto em nível primário quanto secundário articulada aos principais setores da economia e da sociedade, na articulação da educação profissional e tecnológica com o mundo do trabalho (EPT), na educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e na educação para cidadania global (ECG). Infelizmente, o financiamento da educação está comprometido desde 2016, entre outros motivos, devido às restrições de gastos públicos aprovada em 2016 (PEC 55/2016), com a Emenda Constitucional 95 que limita por 20 anos os gastos públicos, situação essa que compromete a realização das metas do acordo “Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação”.

REFERÊNCIAS

- AIKENHEAD, G. S. **Educação científica para todos**. Tradução de Maria Teresa Oliveira. 1a. Edição. Mangualde – PT: Edições Pedagogo. 2009.
- AIKENHEAD, G. S. **Toward a First Nations Cross-Cultural Science and Technology Curriculum**. Science Education. V. 81, n. 2 p. 217-238, Apr. 1997.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 - PEC do Teto dos Gastos Públicos**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. 2016.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal 7.783, de 28 de junho de 1989**. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. 1989.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542 p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos**. Apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 436 p.
- CHASSOT, A. **Alfabetização Científica: questões e desafios para a educação**. Ijuí: editora Unijuí, 2000.
- COBERN, W.W.; AIKENHEAD, G.S. **Cultural Aspects of Learning Science**. Part One. Kluwer Academic Publishers, 1998.
- DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- FADINI, G. P.; LEITE, S. Q. M. **Uma Pedagogia Histórico-Crítica para discutir Educação Alimentar: Aspectos metodológicos num Projeto Escolar de Ensino Médio**. Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de julho de 2017. 2017.
- FERRAÇO, C. E. **Os sujeitos praticantes dos cotidianos das escolas e a invenção dos currículos**. In: MOREIRA, A. F. B.; PACHECO, J. A.; GARCIA, R. L. (Orgs.) Currículo: pensar, sentir e diferir. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 60ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2016.
- GALLON, M. da S.; FERRARO, J. L.S.; FERRI, M. da S.; PIRES, M. G. S. **Currículo, cultura e cidadania: a produção de saberes para o exercício democrático na educação básica**. @rquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, v. 5, n. 12, set-dez, 2017.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Sexta edição. São Paulo: Atlas, 2016. 200 p.
- GOHN, M. da G. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Educacionais. Rio de Janeiro, V. 14, N. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

LORENSATTI, E. J. C. **Linguagem matemática e Língua Portuguesa**: diálogo necessário na resolução de problemas matemáticos. *Conjectura*, Caxias do Sul, v. 14, n. 2, p. 89-99, maio/agosto, 2009. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/linguagem.pdf>>. Acesso em janeiro de 2019.

MAESTRELLI, S.R.P.; TORRES, J. R. **Abordagem Temática Freireana**: Uma concepção curricular para a efetivação de atributos da educação ambiental escolar. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, N. 12, V. 02, maio/out. 2014.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. de Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, W. L. P. dos; AULER, D. **CTS e educação científica**. Desafios, tendências e resultados de pesquisas. Brasília, DF: Editora UnB, p. 73-97. 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas. 1987.

UNESCO. **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco**. Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2016.

UNESCO. **Educação Para Todos - 2000-2015**: progressos e desafios. Relatório Conciso. Relatório de Monitoramento Global de EPT 2015. Unesco Brasil. Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2015. 58p.

UNESCO. **Educação Para Todos**: o compromisso de Dakar. Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2001. 70p.

VILA VELHA. **Diretrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Vila Velha**. SEMED. Vila Velha, 2008.

VILA VELHA. (Município). **Lei 5206/2011 de 25 de novembro de 2011** – Dispõe sobre a criação do cargo de “Professor Educação Básica – Tecnologias Educacionais” no quadro permanente do Plano de Cargos do Magistério Público do Município de Vila Velha. 2011.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-460-3

